

ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA

Ismael Batista dos Santos Silva;
Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
is.lb@hotmail.com

RESUMO

Tão importante para uma sociedade quanto possuir informações é a possibilidade de acessá-las. Desta forma podemos pensar em uma lei que garanta o direito a informação como é o caso da Lei 8.159 de janeiro de 1991, que dispõe sobre o acesso a informação, porém questionamos então o pleno exercício da cidadania, e partindo deste ponto de vista, passamos a enxergar que tão importante quanto às leis que garantam o acesso legal, a preservação, conservação e a restauração possuem um papel de suma importância, ou seja, assegurar que o material esteja em condições adequadas para a eficácia na recuperação da informação. Com o intuito de identificar quais medidas são adotadas na manutenção dos acervos no Estado da Paraíba, é que o presente estudo através da metodologia “quali-quantitativa” lança mão do estudo organizacional e entrevistas, mapeando as principais técnicas implementadas em renomadas Unidades de Informação no Estado da Paraíba: o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR e o Arquivo Eclesiástico da Paraíba (Arquivo da Diocese). Assim apresentam-se informações a fim de contribuir com a promoção das técnicas nas áreas de conservação e restauro divulgação destes espaços, bem como a difusão das políticas de manutenção de fundos e acervos Arquivísticos.

Palavras Chave: Acesso a Informação. Preservação. Unidades de Informação.

Introdução

O acesso a informação compreende bem mais que o simples fato de que ela esteja disponível, ou mesmo que seu suporte seja custodiado por uma unidade de informação, requer a efetivação da busca e recuperação do conteúdo a ser acessado. A garantia jurídica de que determinado ato ou assunto pode legalmente ser consultado como é o caso dos instrumentos legais que estabelecem tal possibilidade, a exemplo da lei que dispõe sobre o acesso a informação, Lei 8.159 de janeiro de 1991, e mais recentemente sancionada em 18 de novembro de 2011 e conhecida como a nova lei de acesso a informação, Lei 12.527 que regula o preceito constitucional – o acesso a informação – revisto no inciso XXXIII do Artigo 5º no inciso II §3º do Artigo 37 e no §2 do Artigo 216 da constituição Federal do Brasil, e que com este propósito altera a lei 8.112, de dezembro de 1990,

revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei já referida 8.159, além de outras providências, porém não são formas exclusivas da garantia de recuperação da informação por parte do cidadão. Passamos então a discutir o pleno exercício da cidadania, ou seja, exigir o acesso e o devido consentido, mas ao mesmo tempo ao deparar-se com uma suposta instituição que custodie o acervo no qual se idealizou recuperar as informações desejadas, o material e suporte onde estão registradas as informações são na verdade um amontoado de objetos e papéis que se encontram em uma verdadeira situação inadequada, comprometendo parcial ou mesmo totalmente a possibilidade de se recuperar o mínimo de informações neles “presentes”.

É partindo deste ponto de vista que passamos a enxergar que tão importante quanto as leis que garantam o acesso à informação legalmente, a preservação, conservação e a restauração possuem um papel de suma importância, a partir do momento em que, para se obter a informação desejada não se faz necessário, apenas, ter em mãos uma peça ou mesmo um documento, cujo qual por vezes, não garante a mínima possibilidade de se concretizar a ação de acesso à informação inerente ao suporte ao qual foi registrada. Fato que é explorado na resolução de número 34 do CONARQ de 15 de Maio de 2012, que além de considerar que a preservação de acervos é fundamental para garantir o acesso e a difusão da informação, essenciais para a constituição da memória social e exercício pleno da cidadania, dispõe sobre a adoção das recomendações para o resgate de acervos danificados por água, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

Desta forma entendemos que não nos é viável sermos detentores apenas de um suporte (que muitas vezes pelas condições de acesso pode ser considerado obsoleto) e sim que este esteja preservado de modo a permitir a interpretação dos dados, ou seja, no caso de um documento textual, que se possa ler o que está registrado. Assim faz-se necessário que o material esteja em boas condições de preservação e conservação para a efetiva recuperação da informação por parte de seus usuários.

Com o intuito de questionar quais medidas são adotadas na manutenção dos acervos no estado da Paraíba, é que o presente estudo, oriundo de estudos desenvolvidos no transcurso e finalização do Curso de Especialização na Introdução à Conservação e Restauro (CICRAD) que faz-se um levantamento das técnicas de Preservação, Conservação e Restauro, já implementadas em renomadas Unidades de Informação no Estado da Paraíba, ou seja, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR e o Arquivo Eclesiástico da Paraíba (Arquivo da Diocese), ambos localizados na cidade de João Pessoa - Paraíba. Assim faz-se um levantamento de dados acerca das técnicas desenvolvidas e em seguida os cruzamos, chegando a um denominador

comum das medidas de Preservação, Restauro e Conservação desempenhadas nestes espaços, mapeando as atividades e apresentando informações, a fim de contribuir com a promoção das técnicas de profunda relevância a manutenção dos acervos como fator preponderante ao acesso a informação, divulgação destes espaços, bem como a reflexão de determinados conteúdos da área de conservação e restauro.

A Preservação, Conservação e Restauração

Os procedimentos que envolvem a manutenção de acervos em prol da preservação sua conservação ou mesmo a restauração dizem respeito a técnicas desenvolvidas a muito tempo e aprimoradas com o passar dos anos, bem como o avanço da tecnologia tem contribuído para o crescimento de técnicas cada vez mais precisas, assim como das pesquisas na área que tem contribuído significativamente através do aprofundamento das discussões e impulsionando a produção científica. Mesmo com a existência das técnicas, e estas serem realizadas a tantos anos, por muitas vezes observa-se que estas podem ou não serem adotadas de forma padronizada em diferentes instituições, ou seja, muito raramente uma instituição irá desenvolver os mesmos procedimentos que outra desenvolve, o que quer dizer que a implementação de técnicas é uma situação previamente planejada segundo as necessidades de cada instituição, Não existindo uma fórmula concreta e fechada. O que é facilmente justificado pelas questões individuais que estão inseridas nas particularidades, no que diz respeito a diversificação de acervos montados com diferentes componentes, tais como obras e documentação, vale ressaltar também a imprescindível participação da localização destes pontos de memória, bem como o clima incidente nas regiões onde inserem-se os mesmos como preponderantes a adoção ou não de determinadas técnicas, ou seja um procedimento mesmo que executado segundo um protocolo pode tornar-se inviável caso as condições de ambiente e infra-estrutura não propiciem a boa manutenção da técnica, o que é o caso da utilização de um umidificador de ar para um acervo situado em uma região de elevada umidade relativa do ar.

Mesmo que os protocolos de aplicação das técnicas estejam sujeitos a avaliação dos centros de informação e propensos a adequação por parte de seus responsáveis, há conceitos norteadores que permeiam a literatura e visam o nivelamento do conhecimento a fim de promover as boas práticas em conservação, preservação e restauro. A seguir descrevem-se os conceitos de preservação, conservação e restauro que serviram de bases para o direcionamento deste estudo.

Compreendemos por preservação as ações que beneficiam a manutenção do bem cultural, considerando-se até mesmo leis criadas para garantir a integridade do patrimônio, os mecanismos para viabilizar a realização de projetos de restauração, o cuidado com o meio ambiente que circunda o local ou ações como o desvio do trânsito para evitar a trepidação do prédio onde a obra ou acervo se encontra. Ligadas as iniciativas institucionais que visão garantir a integridade do bem que se deseja preservar. CALDEIRA (2006 p.99) afirma em seu estudo de histórico da preservação preventiva, que a preservação preventiva é a atividade responsável por todas as ações tomadas para retardar a deterioração e prevenir danos aos bens culturais por meio da provisão de adequadas condições ambientais e humanas.

Entendemos por sua vez como conservação os procedimentos que visam interromper os processos de deterioração afim de que se estabilizem os agentes que promovam tal dano as obras, podendo ser realizados em nível do objeto visando a estabilização da peça. Os agentes que acometem as obras são principalmente o biológico, atmosférico e o próprio ser humano. Os agentes biológicos são compreendidos por principalmente insetos como cupins e fungos que uma vez inseridos no acervo promovem a deterioração de elementos importantes e muitas vezes de forma bastante drástica levando, dependendo do nível de atividade destes agentes, a danos muitas vezes irreversíveis a obra. Os agentes atmosféricos são a combinação de temperatura e umidade, uma vez que com a variação da temperatura reduzimos por vezes o tempo de vida útil de um objeto, como por exemplo, o papel que com a elevação da temperatura temos a dilatação de suas fibras e com o resfriamento a contração destas promovendo a médio e logo prazo o rompimento das fibras provocando fissuras e acelerando a degradação do papel. Assim como apontam MARYLKA (2001, p36) que quando o sistema de refrigeração é planejado tendo em vista apenas o conforto do ser humano e controla apenas a temperatura, ou quando é insuficiente ou não recebe manutenção adequada, ele pode, de fato, causar mais prejuízos ao acervo do que se não existisse o ar condicionado. Os agentes aos quais se atribui a ação humana dizem respeito ao transporte inadequado, acondicionamento o manuseio, bem como fatores extremos que são o vandalismo e o furto das peças.

Quando o acervo ou obra é acometido por algum tipo de agente danoso a integridade do mesmo se faz necessário a intervenção em nível da peça como é o caso da restauração que não apenas busca conferir-lhe estabilidade, mas recuperar, o mais possível, as informações nela contidas, buscando aproximar, ao máximo, a obra, estrutural e esteticamente, da 'quantidade inicial de informações'. Para BRANDI (2005 p. 25) em geral, entendi-se por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana. Como a restauração compreende

procedimentos apurados é cautelar, por sua vez basear-se em referências contidas na própria obra ou, em alguns casos, em documentação segura sobre a mesma. O respeito ao original é fundamental e delinea os limites das intervenções.

Desta forma passamos a questionar os procedimentos diante das técnicas de preservação, conservação e restauro no âmbito das instituições que são consideradas referência a pesquisa no estado da Paraíba. São eles: o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR localizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e o Arquivo Eclesiástico da Paraíba localizado no Centro Histórico da cidade de João Pessoa e mais especificamente no Mosteiro de São Francisco.

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba e o NDIHR

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba foi organizado durante o período de 1989 a 1992. Na época, o então Arcebispo Dom José Maria Pires assinou um convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Esse convênio e o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, conseguiram unir uma equipe de professores, alunos e graduados em História e Biblioteconomia, formando uma equipe de onze pessoas.

A equipe do Projeto de Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba: Coordenação Geral: Professora Dra Rosa Maria Godoy Silveira, Coordenação Adjunta: Professora Dra Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e a Professora Zeluíza da Silva Formiga, Assessoria: Professora Gloriete Pimentel Rodrigues, Bolsistas do CNPq Laudereida Eliana Marques Moraes, Tânia Maria da Silva, Edileusa Mota dos Santos, Josineide da Silva Bezerra e Ricardo Grisi Veloso, Equipe da Arquidiocese Ir. Maria Thereza Bianchini Latgé e Antonio Duarte dos Santos e Assessoria ao Projeto a Professora Dra Heloísa Liberalli Bellotto, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP). Essa equipe iniciou os trabalhos com um diagnóstico do acervo e, a partir dele, traçou um plano de intervenção com as seguintes etapas de trabalho:

- Desinfestação e higienização;
- Triagem para descarte ou preservação;
- Classificação e ordenação de fundos, grupos, séries e coleções;
- Elaboração dos instrumentos de pesquisa.

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba de acordo com o Código de Direito Canônico (Cân. 486 a 490) é subordinado ao Arcebispo e tem como responsável o Chanceler da Cúria auxiliado por um ou mais notários.

O Arquivo foi aberto ao público no dia 27 de abril de 1992, integrando as comemorações do Centenário de criação da Diocese da Paraíba.

Atividades

Coordenação do recolhimento da guarda e da preservação dos documentos;

- Higienização dos documentos;
- Classificação e ordenação dos documentos nos Fundos Arquivísticos;
- Acondicionamento da documentação;
- Atendimento aos setores da Arquidiocese e ao público em geral;
- Visita monitorada;
- Divulgação do acervo documental.

Resultados

O acervo é composto de documentos textuais, cartográficos, fotográficos, impressos e outros, advindos de atividades fim e meio, do Séc. XVIII, XIX e XX, distribuídos nos seguintes Fundos Documentais: Chancelaria, Seminário Arquidiocesano, Cabido Metropolitano/Colégio de Consultores, Tribunal Eclesiástico, Conselho de Assuntos Econômicos, Conselho de Presbíteros e Conselho de Pastoral.



Fig. 1 A figura acima é uma imagem da fachada do Mosteiro de São Francisco, onde está localizado o Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Foto Google imagens.

O Arquivo consta dos seguintes Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Inventário do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Inventário do Grupo Fechado do Centro de Documentação e Publicações Populares - CEDOP (1978-1992), Catálogo da Coleção de Fotografias (1905-1989), Catálogo dos Projetos Arquitetônicos (1961-1990), Catálogo do Arquivo Pastoral da Terra (1976 –1992), Catálogo da Produção Intelectual de Dom José Maria Pires (1966-1995), Catálogo do Jornal A IMPRENSA (1897-1968) e Catálogo dos Periódicos.



Fig. 2 A figura acima é uma imagem do livro de registros de batismo da paróquia de São Miguel de Taipú (município paraibano) datado de 1811 a 1820, e faz parte do acervo da Diocese Paraibana – Arquivo Eclesiástico. Foto divulgação.

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR é um órgão suplementar da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, que tem como objetivos básicos o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento crítico sobre a realidade nordestina. São estes objetivos que caracterizam o corpus do NDIHR como interdisciplinar, pela abrangência multicientífica de suas pesquisas e pela diversidade de campos de conhecimento de seus pesquisadores. Foto divulgação.

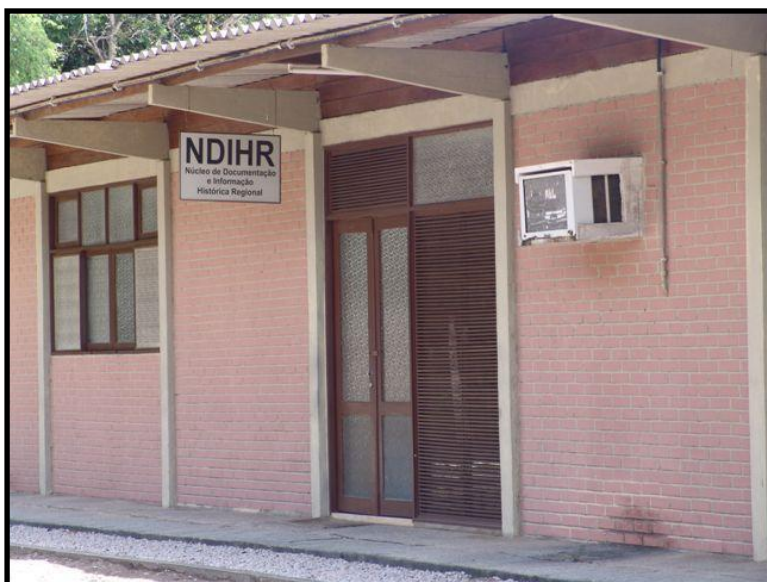


Fig. 3 A figura acima é uma imagem da fachada do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, situado no bloco F da central de aulas, Campus I, UFPB. Foto Wendell Medeiros.

Implantado em 1976, localiza-se no Campus I da UFPB, na cidade de João Pessoa-PB.

Entre as finalidades básicas do NDIHR estão:

- a) realizar estudos interdisciplinares sobre temas relevantes para a compreensão do processo histórico regional;
- b) identificar, referenciar, organizar arquivos e conjuntos documentais significativos por seu conteúdo e potencialidades para a pesquisa na área de Ciências Humanas, desenvolvendo ações concretas no sentido de sua preservação;
- c) promover e/ou participar de eventos que visem a disseminação de novos conhecimentos e atualização científica, junto à comunidade universitária e à sociedade em geral;
- d) prestar assessoria técnico-científica e
- e) publicar e divulgar os trabalhos produzidos por seus pesquisadores

O programa de Documentação e Memória regional é de caráter permanente do NDIHR prioriza a política de preservação do patrimônio documental e promove a democratização da informação na perspectiva de ampliar as possibilidades do exercício da cidadania e a prática da pesquisa histórica. Compreende projetos de referência e/ou organização de arquivos, segundo os temas do Programa de Pesquisa ou por acervos, envolvendo pesquisadores do próprio Núcleo, docentes (inclusive aposentados) e discentes dos departamentos vários.

O Arquivo Permanente do NDIHR encontra-se em fase de organização. A documentação foi higienizada, acondicionada e classificada, estando no estágio de revisão e descrição. O projeto de organização do arquivo contou, inicialmente, com o apoio do CNPq, através do Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, e conta, atualmente, com a colaboração da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão - FUNAPE.



Fig. 4 A figura acima é uma imagem de um dos setores do acervo que contempla a documentação textual do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR – UFPB. Foto Shara Medeiros.

O acervo contém documentos textuais, micrográficos, iconográficos, fonográficos, audiovisuais e cartográficos, que tratam de questões administrativas e da produção acadêmica dos programas permanentes do NDIHR.

Quanto a arquivos pessoais, o acervo dispõe de vasta documentação do maestro e professor Pedro Santos, do maestro Kaplan, do artista plástico Simeão Leal, de um dossiê do General Bandeira, composto por documentos xerografados doados por seus familiares, entre outros.

Materiais e Métodos

Para realização deste estudo lançamos mão de um referencial teórico baseado na conceituação, diferenciação e demonstrativo das técnicas em Preservação, Conservação e Restauro. Assim a pesquisa dividiu-se em duas etapas: a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo que compreendeu a elaboração de um questionário estruturado composto de questões abertas e fechadas aplicado a arquivistas, restauradores e outros profissionais responsáveis pela execução das técnicas em ambas as instituições objeto desta pesquisa. A metodologia utilizada fora a “quali-quantitativa” onde a utilização da abordagem quantitativa que segundo CHIZZOTTI (2003, p.221) implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair deste convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível, e após este

tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito com perspicácia e competência científica, os significados latentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. Adotada, por sua vez, tendo em vista a imparcialidade e maior precisão e objetividade na análise dos dados obtidos. Já a pesquisa qualitativa fora incorporada neste caso segundo MARTINS (2004, p 292), a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita.

Resultados

Apresentam-se a seguir os resultados obtidos através da análise dos dados obtidos com o questionário aplicado aos responsáveis pelo Arquivo da Diocese e do Arquivo do NDIHR.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS		
	NDHIR	Arquivo Eclesiástico – PB
Preservação	X	_____
Conservação	X	X
Restauração	_____	_____

Tabela. 1 O quadro apresenta o indicativo das principais técnicas adotadas pela instituição pesquisadas a esquerda a coluna descrevendo o procedimento, ao centro os dados do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, e a direita o Arquivo da Diocese Paraibana.

MÉTODO E TÉCNICAS DE PRESERVAÇÃO	
NDHIR	Arquivo Eclesiástico – PB
Planejamento de ações de guarda, acondicionamento e conservação do acervo	Não realiza

Tabela. 2 O quadro apresenta as principais técnicas de preservação adotadas Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, a esquerda, e a direita no Arquivo da Diocese Paraibana.

MÉTODO E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO	
NDHIR	Arquivo da Diocese – PB
Acondicionamento	Acondicionamento
Armazenamento	Climatização
Higienização	Profilaxia
Isolamento	

Tabela. 3 O quadro apresenta as principais técnicas de conservação adotadas Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR a esquerda, e a direita no Arquivo da Diocese Paraibana.

MÉTODO E TÉCNICAS DE RESTAURAÇÃO	
NDHIR	Arquivo da Diocese – PB
Não realiza	Não realiza

Tabela. 4 O quadro apresenta as principais técnicas de restauração adotadas Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR a esquerda, e a direita no Arquivo da Diocese Paraibana.

FATORES QUE INVIABILIZAM A REALIZAÇÃO DO RESTAURO PELA INSTITUIÇÃO	
NDHIR	Arquivo da Diocese – PB
Ausência de políticas institucionais que assegurem o patrimônio e o acesso.	Ausência de laboratório na Paraíba para restauração de papel

Tabela. 5 O quadro apresenta a descrição das principais barreiras vivenciadas pelas unidades de informação pesquisadas no desenvolvimento ou a ausência do mesmo de técnicas de restauração. A esquerda o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, e a direita o Arquivo da Diocese Paraibana.

Diante dos dados apresentados podemos observar a presença da técnica de preservação e conservação nas instituições pesquisadas, contudo observamos a ausência da preservação para o Arquivo da Diocese da Paraíba e como ponto comum a não realização da técnica de restauração em ambos os centros de informação, o que por sua vez é justificado segundo os responsáveis entrevistados que participaram da pesquisa, por ausência tanto de políticas institucionais voltadas a preservação do patrimônio e a não existência de um laboratório próprio para restauração de papéis no estado da Paraíba. A técnica de preservação é adotada no NDIHR através do planejamento de ações de guarda, acondicionamento e conservação do acervo. Os métodos de conservação são adotados por ambas as instituições pesquisadas, onde se pode perceber o acondicionamento como uma atividade em comum na área de conservação, outras atividades como o armazenamento, higienização e isolamento são inerentes ao NDHIR, já o arquivo da Diocese da Paraíba desenvolve a conservação através da climatização e profilaxia do acervo, assim temos ao todo seis diferentes técnicas de conservação sendo desenvolvidas por ambas as instituições. Nenhuma das instituições pesquisadas realiza procedimentos de restauração.

Assim podemos apontar através de uma análise comparativa que os locais de memória utilizados como referência para este estudo possuem um perfil semelhante com pequenas divergências, perfeitamente compreensíveis diante da pluralidade das instituições de pesquisa, ou seja, cada unidade de informação é única diante do universo de seus acervos e necessidades que cada uma irá apresentar, contudo assumem a responsabilidade e o dever igualitário de resguardar da melhor maneira possível os documentos, e aqui compreendemos o termo documento segundo o conceito do Dicionário de Terminologias Arquivísticas do CONARQ, que assim o descreve como o registro da informação independentemente da natureza do suporte que a contém. Daí então a pluralidade de formas e materiais que assumem tal concepção de documento, que muito pelo contrário do que se pode imaginar só enriquece a diversidade de fontes informacionais, bem como as possibilidades de acesso. E é exatamente enxergando por este ponto de vista que afirma SCHELLENBERG (2006 pg. 31) que os Arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus, de valor semelhante a parques, monumentos ou edifícios, ou seja, a diversificação só amplia as possibilidades de registro e recuperação da informação, onde quem ganha é a sociedade, porém tal pluralidade, claro requer estudos específicos e profissionais cada vez mais capacitados para que as ações se tornem feitos efetivos na qualidade do acesso a informação.

Considerações finais

O acesso à informação é uma via de mão dupla, desta forma, deve-se existir um desejo de se possuir e em contra partida uma vontade, principalmente dos gestores em assumir o compromisso de executar ações que visem viabilizar (e principalmente em centros de informação), e arquitetar estratégias eficazes na disponibilização, manutenção e uso consciente dos recursos informacionais e a informação como um todo. Não podemos esquecer que o acesso está intrinsecamente ligado às rotinas de preservação e conservação para vida útil do acervo, como forma de boas práticas para manutenção do mesmo, ou seja, sem um estado de preservação adequado o resgate da informação fica prejudicado. Muitas vezes são implementadas, ou não, técnicas de Conservação e Restauro que permanecem desconhecidas da comunidade acadêmica e não são compartilhadas por falta de comunicação entre as instituições que as realizam. Desta forma acreditamos que este estudo além de ampliar a discussão do campo de preservação e restauro, posto que, insere este na narrativa de novas formas de enxergar as técnicas não só do ponto de vista prático, mas nas ações que se refletem do uso efetivo de seus princípios, como por exemplo: a repercussão positiva por parte de um determinado pesquisador nos centros de documentação, que pode gerar novos conhecimentos a sociedade sobre ela mesma, acreditamos estar dando um passo à promoção das comunicações entre as instituições em geral, e em contra partida realizamos a disseminação destes centros de informação, bem como instigar a discussão acadêmica no âmbito da Preservação, Conservação e Restauro voltadas as Unidades de Informação como forma de incentivo a formulação de políticas voltadas a estes locais que, por sua vez são imprescindíveis à melhoria das atividades destes locais de suma importância à sociedade.

Referências

Arquidiocese da Paraíba:

http://www.arquidiocesepb.org.br/arquivo_eclesiastico_da_paraiba/index_arquivo.htm. Acessado em: 17/07/2011.

BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental / Heloisa Liberalli Bellotto. – 4. Ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

CALDEIRA, Cleide Cristina. *Conservação preventiva: histórico*. Rev. CPC [online]. 2006, n.1, pp. 91-102. ISSN 1980-4466.

Conselho Nacional de Arquivo - CONARQ:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=771&sid=46>

Acessado em: 20/06/2012

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=100&sid=52>.

Acessado em: 17/06/2012

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/resgate/recomendaes_resoluo_34.pdf

Acessado em: 17/06/2012

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz Pinto, Márcia Cristiana Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes - Ed. 39. São Paulo : Saraiva, 2011.

MARYLKA. Mendes [et al]; Tradução de Vera L *Conservação: conceitos e prática/ Organização de*. Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

Núcleo de Documentação Histórico Regional do Nordeste: <http://www.ndihr.ufpb.br/>.

Acessado em: 16/07/2011

REVISTA BRASILEIRA DE ARQUEOMETRIA, Restauração e Conservação - ARC - Vol. 2 - Edição Especial Copyright © 2011 AERPA Editora *Curso de Introdução à Conservação e Restauro de Acervos Documentais – CICRAD*.

BRANDI. Cesare. *Teoria da Restauração*, 1906 – 1988. Tradução Beatriz Mugayar: apresentação Givanni Carbonara; revisão Renata Maria Perreira Cordeiro. – cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

SCHELLENBERG, TR. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

SCIELO: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acessado em: 30/06/2011